

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: 157

Data 24 de Outubro de 1978 Pg.: _____

“Emancipação é genocídio”

Citando a Resolução 90 da ONU, de 10 de dezembro de 1946, na qual o genocídio está definido como o ato de “submeter tencionalmente um grupo à condições existenciais que forçosamente acarretem sua destruição total ou parcial”, o bispo de Goiás Velho, dom Tomás Balduino, qualificou ontem, em São Paulo, o Decreto de Emancipação do Índio como “a estruturação dogenocídio, mas um genocídio realizado de uma maneira limpa, sem precisar sujar as mãos com arsênico ou com armas, um decreto assassino, criminoso, que não sujará as mãos de quem o assina, apenas a memória nacional”. Para o presidente do Cimi, o decreto proposto pelo ministério do Interior tem o objetivo de “acabar com o indígena brasileiro nas três próximas décadas”.

“Sabemos que a violência do índio com a terra o levará a isto, pois a simples transferência de lugar já leva ao genocídio”, apregoou o presidente do Cimi, recordando também a Resolução 107 da Organização Nacional do Trabalho sobre a integração nacional que diz, em um de seus itens, que “se deve criar possibilidades

para a integração nacional com exclusão de toda a medida destinada à assimilação artificial da população”.

Explicando que o defeito maior do decreto governamental é o de retirar do Estado a responsabilidade pela tutela do índio — “tutela que ainda promove o indígena” e que “é o único instrumento legal, fixado na Constituição, que protege a posse das terras dos índios” — dom Tomás Balduino alertou para o fato de que se o decreto foi feito no sentido de retirar somente esta condição privilegiada do índio, “ele é altamente danoso, e representa interesses não confessados pela posse de terras, pois é sabido que os 180 mil índios existentes hoje no País possuem poucas terras, enquanto, comparativamente, o Ludwig (Daniel Ludwig, empresário norte-americano), que é sozinho, tem com o Projeto Jari o equivalente a 1/5 da terra dos índios”.

Para o presidente do Cimi, enquanto o Estatuto do Índio defendia, de uma forma ou de outra, a integridade dos indígenas o atual decreto de emancipação representa

“uma violência, pois o índio vai ser tratado depois como um lavrador, da mesma forma que a libertação dos escravos colocou nas ruas milhares de negros sem a mínima condição de sobrevivência”.

“Esse governo”, acusa o bispo de Goiás Velho, “não tem capacidade de falar em emancipação quando foi um mau tutor, que impediu que o indígena se tornasse um adulto, que impediu a iniciativa conforme a índole e a capacidade deles, inclusive castrando as próprias assembleias dos caciques”.